



## O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO DO INTUICIONISMO ÉTICO A PARTIR DO FUNDACIONISMO

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2026.222.09>

Matheus Benites

Doutorando em Filosofia (PUC-Rio) – Bolsista CNPq

[matheusbenitesescritor@gmail.com](mailto:matheusbenitesescritor@gmail.com)

[orcid.org/0009-0003-7203-8382](https://orcid.org/0009-0003-7203-8382)

### RESUMO:

Este artigo sustenta que o Intuicionismo Ético está comprometido com uma forma, inevitável, de fundacionismo epistêmico — que requer a existência de fatos morais autoevidentes e acessíveis de modo não-inferencial. O Naturalismo Ético, por sua vez, não está comprometido com tal teoria. Conclui-se que o Realismo Naturalista, ao prescindir de faculdades intuitivas misteriosas e adotar uma justificação sistemática (coerentista ou fundacionista a posteriori), supera as fragilidades fundacionistas sem abdicar da objetividade dos fatos morais. O Naturalismo, se for coerentista, é mais robusto; se for fundacionista, seu fundacionismo não é a priori, nem envolve faculdades misteriosas. O artigo defende que a dependência do Intuicionismo ao fundacionismo, que não é partilhada pelo Naturalismo, enfraquece o primeiro em detrimento do segundo.

### PALAVRAS-CHAVE:

Intuicionismo Ético; Realismo Moral; Fundacionismo; Coerentismo; Equilíbrio Reflexivo; Naturalismo Ético.

### THE EPISTEMOLOGICAL PROBLEM OF ETHICAL INTUITIONISM FROM THE PERSPECTIVE OF FOUNDATIONALISM

### ABSTRACT:

This article argues that Ethical Intuitionism is committed to an inevitable form of epistemic foundationalism—which requires the existence of self-evident moral facts accessible in a non-inferential way. Ethical Naturalism, in turn, is not committed to such a theory. It concludes that Naturalistic Realism, by dispensing with mysterious intuitive faculties and adopting a systematic justification (coherentist or foundationalist a posteriori), overcomes foundationalist weaknesses without abandoning the objectivity of moral facts. Naturalism, if coherentist, is more robust; if foundationalist, its foundationalism is neither a priori nor does it involve mysterious faculties. The article argues that Intuitionism's dependence on foundationalism, which is not shared by Naturalism, weakens the former at the expense of the latter.

**KEYWORDS:**

Ethical Intuitionism; Moral Realism; Foundationalism; Coherentism; Reflective Equilibrium; Ethical Naturalism.

**Introdução**

Neste artigo, proponho uma análise da disputa metaética entre Naturalismo e Intuicionismo a partir da ótica da justificação epistêmica. Buscarei defender que, ao passo que o Intuicionismo se vê obrigado a se comprometer com uma única teoria de justificação, a saber, o fundacionismo, o Naturalismo pode ser tanto fundacionista quanto coerentista. Se o Intuicionismo for verdadeiro, então as crenças morais básicas não são justificadas inferencialmente. Mas é plausível pensar que elas o são. Neste caso, o Intuicionismo é falso. De todo modo, o Naturalismo poderia ser verdadeiro, pois abriga tanto uma teoria quanta a outra — ao passo que o Intuicionismo não. Essa dependência do fundacionismo enfraquece o Intuicionismo e fortalece o Naturalismo. Antes de apresentar o Naturalismo Ético e o Intuicionismo Ético, cabe, portanto, introduzir o debate epistemológico entre coerentismo e fundacionismo.

Um dos problemas fundamentais da epistemologia é o problema da justificação: sob quais condições uma crença pode ser considerada racionalmente aceitável? Platão, no *Teeteto*, nos legou a definição de conhecimento a que hoje denominados *tripartite*: conhecimento é uma *crença verdadeira justificada* (PLATÃO, *Teeteto*, 201d)<sup>1</sup>. A querela entre fundacionismo e coerentismo diz respeito justamente a essa última parte: a justificação.

Se a justificação de uma crença *p* depende de uma crença *q*, e *q* depende de *r*, ou bem a cadeia de justificações segue ao infinito — o que, sob qualquer critério de racionalidade prática, torna a justificação impossível —, ou ela deve encerrar-se em algum ponto. Diante desse dilema, surgem duas soluções fundamentais: o fundacionismo e o coerentismo.

---

1 Ideia que tem sido desafiada e reformulada a partir de Gettier, mas este não é o foco do presente artigo.

O fundacionismo propõe que a cadeia de justificação possui uma base sólida — um conjunto de crenças básicas que são autojustificáveis. Estas crenças não derivam sua validade de outras proposições; pelo contrário, elas atuam como o alicerce sobre o qual toda a superestrutura do conhecimento é construída. Nesse modelo, a justificação é estritamente linear e hierárquica: crenças derivadas só são racionais se estiverem ancoradas, em última instância, nessas verdades fundamentais.

Em contrapartida, o coerentismo rejeita a linearidade hierárquica. Para o coerentista, a justificação não é uma questão de alicerces, mas de integração. Uma crença é justificada se ela faz parte de um sistema maximamente coerente de crenças, onde a validade de cada elemento é conferida pela sua mútua sustentação dentro de uma rede holística. Conforme escreve Donald Davidson, “nada pode contar como uma razão para manter uma crença exceto outra crença” (DAVIDSON, 2001, p. 140). Não há “pontos de parada” inquestionáveis. Toda crença é, em princípio, revisável se ela gerar tensão com o restante do sistema.

Tendo apresentado o fundacionismo e o coerentismo, agora buscarei descrever o Intuicionismo e o Naturalismo Ético, para em seguida argumentar que o primeiro depende do fundacionismo, ao passo que o segundo não.

O Intuicionismo Ético é uma posição metaética que afirma o seguinte:

Existem fatos avaliativos objetivos — fatos como o de que é errado causar sofrimento gratuito a outros — que se sobrepõem aos fatos naturais não avaliativos; que possuímos uma espécie de percepção intelectual sobre alguns desses fatos avaliativos; e que eles nos fornecem razões para nos comportarmos de certas maneiras, independentemente do que desejamos (HUEMER, 2005, p. XXIV).

Deste modo, filósofos intuicionistas (CLARKE, 1728; PRICE, 1787; SIDGWICK, 1879, 1907; MOORE, 1903; ROSS, 1930; HUEMER, 2005) têm adotado uma teoria da justificação fundacionista, pois o fundacionismo defende que “A crença de alguém em  $p$  é justificada se e somente se  $p$  for (a) fundamental (isto é, justificada de modo não-inferencial ou autojustificável) ou (b) baseada no tipo apropriado de inferência a partir de crenças fundamentais” (BRINK, 1989, p. 101). Diferente do coerentismo, que encara a justificação como uma teia de crenças interligadas, o fundacionismo visualiza a ética como um edifício: crenças morais justificadas (superestrutura) dependem de verdades morais fundamentais (base).

O Naturalismo Ético, em contraste, é uma conjunção de três posições filosóficas: o Realismo Moral, o Naturalismo Metafísico e o Naturalismo Epistêmico (LUTZ, 2024). A primeira sustenta que existem fatos morais objetivos e independentes da mente; A segunda é a posição ontológica que afirma que fatos morais são fatos naturais (o que exclui a possibilidade de qualquer dualismo, seja de

mundos, como em Platão, seja de propriedades, como o dos intuicionistas); a terceira argumenta que nós podemos saber que afirmações morais são verdadeiras do mesmo modo que podemos saber que afirmações das ciências naturais são verdadeiras. Em suas versões mais influentes, como no Realismo de Cornell<sup>2</sup>, parte disso envolve a adoção do coerentismo como teoria da justificação.

O coerentismo defende que “nenhuma crença é justificada de modo não-inferencial. Uma crença *p* é justificada, de acordo com o coerentismo, desde que *p* seja parte de um sistema coerente de crenças e que a coerência de *p* explique, ao menos parcialmente, o porquê de alguém defender *p*” (BRINK, 1989, p. 103).

Tendo estabelecido que o cerne da disputa se encontra na rivalidade de suas respectivas teorias de justificação epistêmica, a saber entre o fundacionismo e o coerentismo, passemos agora às objeções ao fundacionismo (que, uma vez que as posições estão frequentemente entrelaçadas, figuram também como as objeções mais famosas contra o Intuicionismo).

Existem duas objeções mais célebres contra o Intuicionismo na literatura. A primeira se dirige ao fato de que intuicionistas defendem que seres humanos possuem uma faculdade especial que possibilita acesso epistemológico, de modo não-inferencial, a fatos ou propriedades não-naturais. Os proponentes mais expressivos desta objeção foram filósofos que rejeitaram o Intuicionismo (MACKIE, 1977; STREET, 2006; BEDKE, 2009). Tal objeção geralmente caracteriza a defesa de uma faculdade de intuição ética, ou de fenômenos como intuições éticas, como entidades misteriosas, estranhas [*queer*], dependentes de uma implausível coincidência cósmica entre o natural e o não-natural, ou simplesmente carentes de fundamentação.

A segunda famosa objeção afirma que, uma vez que intuicionistas defendem a existência dessa faculdade de (ou do fenômeno da) intuição ética em seres humanos, eles devem ficar constrangidos com a abundância de desacordo moral no mundo (BRINK, 1989).

A primeira objeção é fundamental, ao passo que a segunda pode ser considerada um problema derivado, não obstante importante. Contudo, ambas já foram bastante discutidas na literatura. Por isso, eu gostaria de tratar de um problema mais quente, com o qual intuicionistas precisam lidar. Trata-se do problema geral do fundacionismo, sua teoria de justificação epistêmica.

Argumentarei que o fundacionismo, a teoria da justificação epistêmica do Intuicionismo Ético,

---

<sup>2</sup> O Realismo de Cornell é uma vertente do Naturalismo Ético que ganhou este nome por ter sido proposta por filósofos da Universidade de Cornell. Este Realismo, que conta com Nicholas Sturgeon, Richard Boyd e David Brink como expoentes, afirma que nem todas as propriedades naturais são diretamente observáveis e que alguns tipos de propriedades naturais são complexas, e cognoscíveis apenas através do papel funcional que realizam. Sua fundamentação do realismo moral envolve a superveniência de propriedades não-naturais, o externalismo e o coerentismo (Neste artigo, utilizo como base desta corrente BRINK, 1989. Veja também BOYD, 1988; STURGEON, 2022).

não é uma boa teoria, ou, ao menos, não é a melhor disponível: seja ele em sua versão forte ou em sua versão moderada (*groundless foundationalism*).

Defenderei que O Intuicionismo depende dela e o Naturalismo não. Sustentarei, ainda, que em vez do fundacionismo, o coerentismo figura como a melhor opção para fundamentar a justificação de crenças, tanto na filosofia da ciência, quanto na ética — o que nos interessa aqui.

Ao final do artigo, terei demonstrado que o Naturalismo Ético (coerentista) é mais plausível do que o Intuicionismo Ético (fundacionista) por ser mais parcimonioso e por não sofrer de tais graves fragilidades e dependências.

### **Por que o Intuicionismo depende do fundacionismo e o Naturalismo não**

Para demonstrar a dependência estrutural do Intuicionismo em relação ao fundacionismo, devemos analisar o conceito de "intuição" como uma modalidade de acesso cognitivo. O Intuicionismo postula que possuímos um acesso cognitivo direto — ou não-inferencial — a certos fatos morais básicos.

A tese central é que a justificação de uma crença moral  $p$  não depende, necessariamente, da dedução a partir de uma crença anterior  $q$ . Se a nossa apreensão de  $p$  fosse dependente de um processo inferencial, estaríamos, por definição, no domínio da justificação inferencial, na qual a racionalidade de  $p$  é mediada pelo suporte de outras proposições. Ao reivindicar que a intuição é uma faculdade que nos provê conhecimento moral, o intuicionista está, *necessariamente*, afirmando que existe um ponto de parada na cadeia justificatória.

Como vimos, o fundacionismo epistêmico é a tese de que a cadeia de justificações não pode seguir ao infinito (evitando a regressão) nem cair em um círculo vicioso (evitando a circularidade), encerrando-se, portanto, em crenças que são *autojustificáveis* ou *prima facie* justificadas. Ora, a intuição ética cumpre exatamente este papel.

Para o intuicionista, a apreensão da verdade moral é o estado terminal da justificação; uma vez “intuída”, a proposição não requer (e não admite) o suporte de outras crenças para possuir legitimidade epistêmica. Ela se impõe ao intelecto por conta própria. Se o Intuicionismo não fosse fundacionista, ele teria que abraçar uma das duas alternativas: ou a justificação moral é impossível (ceticismo), ou ela é inteiramente inferencial e holística (coerentismo).

Contudo, o coerentismo nega que qualquer crença possa ser justificada de modo não-inferencial; para o coerentista, a justificação é sempre um processo de suporte mútuo e de integração a um sistema. Se o intuicionista admitisse que a validade de sua intuição depende da coerência com um sistema global de

crenças, ele estaria abdicando da sua premissa fundamental: a de que a intuição fornece um *acesso direto* ao fato moral.

Como evidência da dependência do Intuicionismo ao fundacionismo, devemos considerar o fato de que virtualmente todo filósofo intuicionista relevante para a literatura defendeu uma teoria da justificação fundacionista (SIDGWICK, 1879, 1907; MOORE, 1903; ROSS, 1930; AUDI, 1998; HUEMER, 2005). Logo, não se trata apenas de uma coincidência histórica. A quase totalidade desses autores identifica explicitamente o caráter fundacionista de suas teorias como um pilar da sua epistemologia moral.<sup>3</sup>

Portanto, a dependência não é uma escolha estratégica, mas uma necessidade lógica do intuicionista. O Intuicionismo exige que existam crenças básicas (as intuições) cuja racionalidade é independente de inferências ulteriores. Ao eleger a intuição como o *locus* da verdade moral, o intuicionista está, inevitavelmente, comprometido com uma arquitetura fundacionista. Consequentemente, a sustentabilidade da tese intuicionista está inexoravelmente atada à defesa de que existem crenças autojustificáveis. Se, como argumentarei a seguir, o projeto fundacionista é epistemologicamente insustentável, então o Intuicionismo Ético padece não de uma falha periférica, mas de uma impossibilidade estrutural. E ainda que este não fosse o caso, o Naturalismo, que pode ser tanto fundacionista quanto coerentista, não é refém da mesma fragilidade. Existem filósofos naturalistas contemporâneos que argumentam que possuímos uma capacidade de “percepção moral” que funciona de modo análogo à percepção visual. Frank Jackson oferece um modelo exemplar de fundacionismo naturalista ao sustentar que os fatos morais são *a priori* determinados por uma base descritiva e não-moral — um projeto que exige a ancoragem estrita em fatos empíricos (JACKSON, 1998). De modo semelhante, autores como Philippa Foot, em sua guinada naturalista em *Natural Goodness*, propõem uma forma de fundacionismo teleológico-biológico, onde o bem moral encontra seu alicerce nas necessidades e funções essenciais dos seres vivos, sujeitas, portanto, à verificação científica (FOOT, 2001).

O naturalismo ético de Peter Railton pode ser interpretado como contendo uma forma de fundacionismo empírico, que ergue o edifício moral sobre o dado fenomenológico do bem-estar ou da satisfação de desejos racionais (RAILTON, 1980). O ponto de convergência nesses autores é que o “fundamento” não é uma faculdade cognitiva misteriosa acessada por *insight* privilegiado, mas um estado de coisas no mundo natural, seja ele a natureza biológica, a base descritiva física ou a realidade fenomenológica da dor e do prazer; fundamentos que, ao contrário das intuições *sui generis*, permanecem

<sup>3</sup> Embora a terminologia “fundacionismo” não fosse a linguagem dominante em 1903 ou 1930 da forma que é hoje na epistemologia analítica, o conceito de “intuição” de Sidgwick, Moore e Ross é, por definição, o que hoje chamamos de base fundacional.

abertos ao escrutínio científico, à correção empírica e à revisão teórica. Logo, o Naturalismo pode ser coerentista ou fundacionista. Já o Intuicionismo, deve ser fundacionista.

## O problema geral do fundacionismo

De acordo com David Brink, os problemas mais graves enfrentados pelo Intuicionismo são os defeitos inerentes à sua própria teoria de justificação: o fundacionismo. Um dos argumentos de fundacionistas é conhecido como argumento do regresso. Se a justificação fosse somente inferencial, não haveria fim para a quantidade de proposições verificadoras, e seríamos conduzidos a um regresso infinito. Logo, segundo o fundacionista, a fim de evitarmos o regresso infinito, devemos, em algum ponto do raciocínio, encontrar uma proposição autojustificável ou autoevidente.

No entanto, o intuicionista contemporâneo não precisa se comprometer com um fundacionismo clássico que exija a infalibilidade ou a incorrigibilidade das crenças ou proposições básicas. Autores como Keith Lehrer (1974) e o próprio David Brink (1989) mapeiam o chamado *groundless foundationalism* (ou fundacionismo moderado), no qual as crenças básicas gozam de uma justificação *prima facie* não-inferencial, mas permanecem abertas à revisão e ao teste epistêmico diante do sistema de crenças.

Sendo assim, a objeção coerentista ao fundacionismo não pode se reduzir à mera afirmação de que não existem crenças autojustificáveis — o que incorreria em evidente petição de princípio contra o fundacionista. O cerne da crítica reside na assimetria epistêmica que o fundacionismo, mesmo em sua vertente moderada, tenta sustentar. Para que uma intuição moral atue como fundamento, ela precisa possuir algum status epistêmico positivo *antes e independentemente* de suas relações com o restante do sistema. Contudo, se essa justificação inicial *prima facie* pode ser completamente anulada (*defeated*) por incoerência sistêmica, a força probatória real da crença parece derivar, em última análise, da sua capacidade de se integrar harmonicamente à teia epistêmica, e não de sua pretensa natureza não-inferencial. O Intuicionismo Ético, portanto, ao recorrer a fundamentos moderados, esvazia o próprio privilégio epistêmico da intuição: se o estatuto final de aceitabilidade de uma crença básica depende de considerações holísticas sobre a confiabilidade de nossas faculdades e crenças secundárias, o fundacionismo colapsa em um coerentismo disfarçado.

Intuicionistas também apelam para a força psicológica de crenças, como por exemplo “é melhor fazer o bom do que o ruim”, ou “matar inocentes por diversão é errado”, ou “doar para a caridade é bom”, para fundamentar a tese de que crenças assim são autojustificáveis. De fato, sentimos uma força psicológica expressiva quando pensamos nessas crenças ao constatar injustiças no mundo. Podemos

observar uma agressão e ter o forte pensamento de que “isso é ruim”. Mas algo vago e opaco como “força psicológica” não é suficiente como justificação epistêmica.

A força psicológica com a qual um testemunha de Jeová ou um católico acredita na doutrina de sua igreja não é, para fins acadêmicos, suficiente para justificar, no sentido epistêmico, a crença na existência de Deus, por exemplo. Conforme escreve Brink:

Crenças fundacionais subjetivas são crenças que exercem uma forte reivindicação doxástica sobre os agentes cognitivos. A reivindicação doxástica que as crenças exercem deve ser compreendida como a força psicológica com a qual os agentes cognitivos sustentam tais crenças. [...] Contudo, não se pode estar justificado em tomar crenças *prima facie* indubitáveis ou incorrigíveis como verdadeiras independentemente de quaisquer crenças acerca de por que essas crenças *prima facie* indubitáveis ou incorrigíveis deveriam ser verdadeiras (Ibid., p. 117).

Pois o mero fato de alguém acreditar com irresistível força psicológica em uma crença não torna a crença verdadeira, nem justifica a pessoa em crer nela. O desafio do fundacionismo intuicionista reside em explicar como um estado puramente psicológico (o ato de intuir com convicção) adquire autoridade *epistêmica* sem apelar para razões secundárias. Se o intuicionista afirma que a crença *p* é autoevidente apenas porque ela se impõe ao intelecto com força doxástica, ele falha em diferenciar uma intuição genuína de um preconceito cultural ou dogmático profundamente enraizado. Para que essa força psicológica conte como justificação epistêmica — e não mero fenômeno psicológico —, o agente precisaria de uma crença de segunda ordem que garantisse a confiabilidade de suas intuições (por exemplo: “minhas intuições morais sob as condições *X* são guias confiáveis para a verdade”). Contudo, no momento em que o fundacionista recorre a essa crença de segunda ordem para legitimar a crença básica, a justificação deixa de ser imediata e passa a depender de uma relação inferencial com princípios epistêmicos mais amplos. Portanto, o que quero apontar com isso é que o problema geral do fundacionismo não é uma imposição arbitrária do requerimento inferencial, mas sim a constatação de que o modelo contextualista falha em seus próprios termos: ele não consegue produzir um “ponto de parada” na cadeia de razões que seja, ao mesmo tempo, dotado de conteúdo cognitivo e imune à exigência razoável de suporte reflexivo ulterior. Para uma crença básica ser distinguível de uma afirmação arbitrária, ela precisa de uma teoria de fundo que a valide.

No entanto, conforme demonstrou Thomas Kuhn, a disposição de assumir certas crenças sem questionar pode ser uma condição necessária de progresso em qualquer disciplina (KUHN, 1970, p. 13). Mas mesmo as crenças que decidimos não questionar permanecem sendo questionáveis. Em outras palavras, o fato de não as questionarmos não as torna inquestionáveis. Neste sentido, Brink observa que “a rejeição do coerentismo contida no argumento do regresso é prematura e [...] o coerentismo pode

incorporar o requerimento epistemológico de que crenças justificatórias sejam justificadas” (BRINK, 1989, p. 121). O filósofo de Cornell conclui, portanto, que:

*A fortiori*, não existem crenças morais fundacionais como o Intuicionismo sustenta. A justificação para sustentar uma crença moral *p* requer que se baseie *p* em crenças secundárias acerca de que tipo de crença *p* é e por que crenças do tipo *p* deveriam ser verdadeiras (Ibid., p. 122).

Mas será que a alternativa, a saber, o coerentismo, consegue se sustentar frente à recorrente acusação de circularidade? Vamos examinar no item a seguir.

## Coerentismo e Naturalismo

O coerentismo é uma teoria da justificação epistêmica alternativa ao fundacionismo que defende que, embora toda justificação seja inferencial, nem toda justificação é linear. Com isso, entendemos que diferentes círculos de justificação de crenças coerentes entre si fornecem justificação mútua.

O fundacionismo é uma teoria de justificação *contextualista*, uma vez que sustenta que algumas crenças não precisam de justificação (ou são autojustificáveis). Em contraste, o coerentismo é uma teoria de justificação *sistemática*, pois defende que toda crença precisa de justificação. David Brink argumenta que “não há razão clara para supor que a linearidade pode ou deve ser preservada quando o requerimento epistemológico é consistentemente observado e a demanda por justificação (como um resultado) se torna sistemática, e não só contextualista” (Ibid., p. 124). Tendo em vista que a justificação não tem como ser toda linear, diferentes crenças devem estabelecer um sistema de suporte mútuo de justificação. Mas o crítico fundacionista poderia questionar: se crenças se justificam mutuamente dentro de um sistema, então isso não seria apenas um círculo vicioso? A esse respeito, Brink observa que:

O coerentismo atende a essa exigência de justificação sistemática ao afirmar que a crença *p* de um indivíduo está plena ou sistematicamente justificada na medida em que *p* faz parte de um sistema maximamente coerente de crenças e a coerência de *p* ao menos parcialmente explica por que se sustenta *p*. Dessa forma, o coerentismo pode explicar e defender a importância que atribuímos à linearidade e à inadmissibilidade do raciocínio circular na justificação contextualista, ao mesmo tempo em que oferece uma concepção não linear de justificação sistemática, podendo assim distinguir os valores probatórios de círculos pequenos e grandes no raciocínio (Ibid.).

Conforme demonstrou o filósofo de Cornell, nem toda circularidade é igualmente problemática. Círculos pequenos são viciosos, pois constituem casos de raciocínio onde a conclusão depende quase diretamente de si mesma ou de um pequeno conjunto fechado de crenças. Por exemplo:

1. A Bíblia é verdadeira porque é palavra de Deus.
2. Sabemos que é palavra de Deus porque a Bíblia diz isso.

O exemplo acima é o tipo de circularidade que normalmente consideramos falaciosa. Entretanto, em círculos abrangentes, encontramos uma circularidade sistêmica/ampla de natureza bastante diferente. Você pode acreditar que:

1. Os sentidos geralmente são confiáveis,
2. porque eles têm histórico de sucesso,
3. porque esse sucesso é confirmado por memória, ciência, testemunho de outros, previsibilidade prática etc.

Observe que todas essas fontes também dependem umas das outras em algum grau. Ou seja, em algum nível profundo, o sistema inteiro é reciprocamente sustentado. Isso ainda é “circular” num sentido amplo, porque nenhuma crença está completamente fora do sistema justificando tudo do exterior. No entanto, essa circularidade é muito complexa, distribuída e holisticamente integrada. O coerentismo, adotando círculos amplos de justificação, faz com que a justificação de uma crença dependa de sua coerência com o sistema como um todo.

A transição de um círculo pequeno para um círculo abrangente não é meramente quantitativa, mas qualitativa. Em um círculo vicioso pequeno, a justificação é epistemicamente estéril porque carece de poder explanatório e de falseabilidade. Em contrapartida, a circularidade sistêmica de um círculo amplo é legítima porque envolve uma rede de suporte mútuo que maximiza o poder explicativo global do sistema. Frente a isso, o crítico fundacionista poderia disparar o célebre “problema do isolamento” encontrado em Bonjour (1985). Ele questiona: um sistema de crenças isolado (como uma comunidade que racionaliza e considera coerente a tortura de inocentes) poderia ser perfeitamente justificado sob a ótica puramente coerentista? Enxergo, mesmo neste cenário, uma superioridade metodológica do Realismo Naturalista sobre o Intuicionista. Enquanto um coerentismo estritamente internalista e antirealista ficaria vulnerável a esse cenário, o Naturalismo Ético (como o Realismo de Cornell) vincula a teia de crenças ao mundo natural e empírico. A coerência exigida pelo naturalista não é apenas lógica, conceitual, mas envolve crenças secundárias empiricamente informadas sobre a psicologia humana, a sociologia, a neurobiologia da dor e os efeitos causais de certas práticas sobre o florescimento humano. Uma comunidade que afirme a moralidade da tortura gerará profundas contradições epistêmicas assim que confrontada com os dados empíricos sobre o bem-estar e o comportamento funcional coletivo. Portanto, o Naturalismo pode resolver o problema do isolamento sem necessitar de um pano de fundo de intuições *a priori*; ele o faz abrindo o sistema ao escrutínio da realidade causal do mundo natural.

O coerentismo propõe, deste modo, que “a coerência de uma crença *p* com, entre outras coisas, crenças secundárias sobre *p*, as quais são elas próprias partes de um sistema coerente de crenças, é

evidência para a verdade de  $p$ ” (Ibid., p. 125). O coerentismo é a melhor opção para evitar o ceticismo suscitado pelos problemas do regresso e da circularidade.

Uma teoria de justificação a partir da coerência é, na prática, muito semelhante ao método de equilíbrio reflexivo amplo proposto por John Rawls. Na seguinte passagem, David Brink chega a sugerir que se trata da mesma coisa: “Uma teoria da coerência de justificação em ética é essencialmente o método de equilíbrio reflexivo amplo de John Rawls” (Ibid., p. 104). Porém, gostaria de salientar que, embora haja uma semelhança de estrutura, também existem nuances que diferenciam o coerentismo e o equilíbrio reflexivo que Brink parece ter falhado em observar.

Em ambos os casos, rejeita-se a ideia fundacionista de que certas crenças são justificadas independentemente de outras e sustenta-se, em vez disso, que a justificação emerge do ajuste mútuo entre diferentes elementos de um sistema de crenças. Tanto no coerentismo epistemológico quanto no equilíbrio reflexivo, a racionalidade de uma crença ou princípio não deriva de sua autoevidência intrínseca, mas de sua integração harmoniosa em um conjunto mais amplo de compromissos cognitivos.

Trata-se, portanto, de modelos holistas, nos quais a unidade primária de avaliação não é a crença isolada, mas o sistema como um todo, e nos quais qualquer elemento permanece, ao menos em princípio, revisável diante de tensões internas ou inconsistências. Eis como Rawls apresenta o equilíbrio reflexivo:

Aqui, o critério de avaliação é o do equilíbrio reflexivo geral e amplo, isto é, o grau em que uma determinada concepção, tomada como um todo, se harmoniza com e articula nossas convicções ponderadas mais firmes, em todos os níveis de generalidade, após o devido exame e depois de realizados todos os ajustes e revisões que se mostrem convincentes. Uma doutrina que satisfaça esse critério é aquela que, tanto quanto podemos atualmente determinar, é a mais razoável para nós (RAWLS, 1980, p. 534).

Entretanto, o equilíbrio reflexivo não se reduz a uma versão aplicada do coerentismo. Enquanto o coerentismo, conforme vimos, preocupa-se primariamente com as relações lógicas, justificatórias e inferenciais entre crenças dentro de um sistema, o método rawlsiano incorpora um elemento metodológico e deliberativo voltado ao processo de revisão recíproca entre juízos particulares, princípios gerais e teorias de fundo. O objetivo não é alcançar consistência interna entre proposições (o que faz o coerentismo), mas promover um estado de ajuste reflexivo no qual diferentes níveis de crença sejam mutuamente refinados à luz de exame crítico contínuo.

Além disso, o equilíbrio reflexivo atribui papel privilegiado às chamadas *considered judgments* — convicções ponderadas formuladas sob condições favoráveis à deliberação racional — como pontos de partida provisórios do processo justificatório. Embora tais juízos não sejam tratados como fundacionais em sentido forte, eles possuem uma importância metodológica inicial que não costuma estar presente no coerentismo, nas quais nenhuma crença goza de prioridade epistêmica antecedente sobre as demais. O

procedimento rawlsiano, assim, não parte de um conjunto indiferenciado de crenças, mas de juízos previamente selecionados com base em sua presumida confiabilidade reflexiva.

Por fim, outra diferença relevante reside no fato de que o equilíbrio reflexivo, especialmente em sua versão ampla, não se limita à mera coerência interna entre crenças já possuídas pelo agente, mas exige também a confrontação dessas crenças com teorias alternativas, argumentos concorrentes e informações empíricas ou conceituais externas ao sistema inicialmente considerado. Nesse sentido, o equilíbrio reflexivo busca uma forma de coerência criticamente informada e comparativamente robusta, e não apenas harmonia estrutural intrassistêmica.

Assim, embora compartilhe com o coerentismo seu antifundacionismo e seu holismo epistêmico, o equilíbrio reflexivo distingue-se por seu caráter eminentemente metodológico, dialético e revisionista. A meu ver, o coerentismo e o equilíbrio reflexivo podem não ser idênticos como sugere Brink, mas permanecem sendo complementares.

Historicamente, o equilíbrio reflexivo esteve mais associado ao Construtivismo Ético, que é uma posição Não-Cognitivista, pois não afirma a existência de fatos morais objetivos (sem negar sua possibilidade, negando apenas nossa capacidade de conhecê-los). O Construtivismo, que remonta a Immanuel Kant, posiciona asserções éticas a partir de juízos morais, em contexto intersubjetivo, que possam ser universalizados. Esta tendência é parcialmente explicada pelo fato do próprio John Rawls ter sido um neokantiano e, assim, um Construtivista na metaética. Não obstante, conforme argumento neste artigo, o equilíbrio reflexivo também é perfeitamente compatível com o Realismo Moral, e com o Naturalismo Ético em particular. A fundamentação coerentista do Naturalismo Ético dá respaldo à minha posição.

Uma vez que não há base para sustentar que crenças possam ser autojustificáveis, devemos concluir que crenças dependem umas das outras. Sendo este o caso, o coerentismo é a melhor teoria da justificação epistêmica para a filosofia da ciência e também para a ética. Crenças sobre a legitimidade moral ou política de um Estado de bem-estar social, por exemplo, dependem de crenças não morais sobre temas como a natureza humana, a economia e a sociedade. E conforme observa Brink: “Uma teoria da coerência na justificação em ética exige que essas e outras crenças sejam integradas em um sistema de crenças o mais coerente possível” (BRINK, 1989, p. 104). Conhecimento implica verdade, mas justificação não (ao menos, não necessariamente). Se a justificação não garante a verdade, não há razão para inferir a falsidade do realismo a partir da verdade do coerentismo (ou do equilíbrio reflexivo). Não precisamos que a justificação garanta verdade absoluta. Queremos que a justificação forneça evidência de verdade — e isso basta.

## Considerações finais

Ao longo deste artigo, procurei demonstrar que a fragilidade do Intuicionismo Ético não reside apenas em suas ontologias ou na suposta estranheza de suas faculdades intuitivas, mas, fundamentalmente, em sua adesão a uma estrutura epistêmica fundacionista. Neste trabalho, forneci razões para tomarmos tal estrutura epistêmica como mais frágil do que sua alternativa coerentista.

A defesa aqui empreendida aponta para o Naturalismo Ético como uma alternativa superior, não apenas por sua parcimônia ontológica ao evitar entidades *sui generis*, mas principalmente por sua robustez e flexibilidade epistêmica. Ao adotar o coerentismo — ou, em termos práticos e metodológicos, um equilíbrio reflexivo criticamente informado —, o Naturalismo permite que a justificação moral seja compreendida como um sistema holístico e dinâmico.

Diferente do edifício rígido, opaco, do fundacionismo, o modelo que defendi visualiza o conhecimento moral como uma teia de crenças interdependentes, onde a legitimidade de um juízo ético não repousa em uma suposta intuição isolada, mas na sua integração harmoniosa e revisável com nossas melhores teorias sobre a natureza humana, a ciência e a sociedade.

Uma vez que abdica da pretensão de verdades morais autoevidentes em favor de um sistema de suporte mútuo, o Realismo Naturalista torna-se mais resiliente às críticas céticas e mais capaz de dialogar com as exigências da racionalidade científica. Torna-se resiliente mesmo em face do contraexemplo da “comunidade moral isolada que legitima a tortura”. Conforme as razões que forneci, o Naturalismo Ético, por sua natureza realista e empiricamente informada, possui recursos para rejeitar esse sistema coerente isolado através do vínculo com as ciências naturais e fatos causais do bem-estar humano, superando o intuicionismo sem recair em dogmatismos *a priori*. Em última instância, a justificação ética não é um ponto de chegada imóvel, mas um processo contínuo de refinamento.

A menos que intuicionistas demonstrem que podem prescindir de uma teoria da justificação fundacionista — o que parece implausível —, o Naturalismo, para além de seus méritos próprios, mostra-se uma posição mais resistente também por ser capaz de se articular tanto via coerentismo (que argumentei ser superior) quanto via fundacionismo em sua teoria da justificação.

## Referências

AUDI, Robert. *Moderate Intuitionism and the Epistemology of Moral Judgment*. *Ethical Theory & Moral Practice* 1.1 (1998): 15–44.

- BEDKE, Matthew. *Intuitive Non-Naturalism Meets Cosmic Coincidence*. Pacific Philosophical Quarterly, 90: (2009), 188-209.
- BONJOUR, Laurence. *The Structure of Empirical Knowledge*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.
- BOYD, Richard. How to be a Moral Realist. In: SAYRE-MCCORD, G. (Ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988, p. 181-228.
- BRINK, David O. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CLARKE, Samuel. *A Discourse concerning the Unchangeable Obligations of Natural Religion, and the Truth and Certainty of the Christian Revelation*. London: W. Botham, 1728.
- DAVIDSON, Donald. *A Coherence Theory of Truth and Knowledge*. In: *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford, Clarendon, 2001.
- DARWALL, S. RAILTON, P. GIBBARD, A. *Metaética: algumas tendências*. Organização de Darlei Dall'Agnol; tradução de Janine Sattler. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.
- FOOT, Philippa. *Natural Goodness*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- HUEMER, Michael. *Ethical Intuitionism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- JACKSON, Frank. *From Metaphysics to Ethics: A Defence of Conceptual Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- LEHRER, Keith. *Knowledge*. Oxford: Clarendon Press, 1974.
- LUTZ, Matt. *Moral Naturalism*. In: ZALTA, E. N.; NOLDELMAN, U. (Eds.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2024.
- MACKIE, John. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Harmondsworth: Penguin, 1977.
- MOORE, George Edward. *Principia Ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1903.
- PRICE, Richard. *A Review of the Principal Questions in Morals*. London: T. Cadell, 1787.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971. (Edição utilizada: *The Theory of Justice*, rev. ed., 1980).
- ROSS, William David. *The Right and the Good*. Oxford: Clarendon Press, 1930.
- SIDGWICK, Henry. *The Methods of Ethics*. 2nd ed. London: Macmillan, 1879.
- \_\_\_\_\_. *The Methods of Ethics*. 7th ed. London: Macmillan, 1907.

STREET, S. *A Darwinian dilemma for realist theories of value*. USA: *Philosophical Studies*, 127(1): 109–166, 2006.

STURGEON, Nicholas L. *Ethics, Rationality, and Reality*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

**Recebido em: 22/05/2026**

**Aceito em: 21/07/2026**